

DEBATE - Avaliação Institucional de Universidade

Bernardete A. Gatti(*)

Esta modalidade de avaliação tem algumas peculiaridades importantes a serem consideradas, porque envolve questões não apenas científico-técnicas ou de produtos mas, aspectos de gestão e aspectos relacionais, uma vez que seu eixo é o estudo da *efetividade da ação institucional* como um todo. Isto demanda, para o modelo avaliativo, partir de perspectivas sobre o sentido e o significado da instituição universitária considerada em um dado contexto, levando em conta que em seus planejamentos/projetos de trabalho, ensino ou pesquisa, e na implementação destes, encontra-se uma expectativa de valor associada ao trabalho institucional que se desenvolve. Portanto, estando a instituição universitária no seio de uma comunidade mais ampla, estando ao mesmo tempo a serviço dela e pensando/provendo mudanças societárias, tem seus fundamentos em uma *perspectiva sociocultural e ética, para além de seu papel científico*. É uma instituição de formação de gerações humanas em uma certa direção civilizatória. A avaliação institucional só ajuda em reais avanços coletivos quando estas questões são consideradas na escolha dos meios e instrumentos avaliativos e, portanto, consideradas pelos avaliadores, permitindo a construção de visões mais integradas sobre seu percurso institucional-histórico.

Isto implica em levar em conta que na institucionalização de uma universidade e em suas práticas entrecruzam-se três aspectos básicos: primeiro o cenário histórico-social, segundo, e relacionado ao anterior, o papel explícito historicamente construído pela instituição, e, ligado a ambos, uma perspectiva de conhecimento como instrumento para viver melhor.

Nem sempre os envolvidos com avaliações institucionais têm clara consciência desses aspectos como elementos fundamentais constitutivos de modelos avaliativos. Fica-se no descritivo-operacional não se considerando o aspecto de uma instituição orgânica – especialmente a que pretende a um sentido público – conscientemente voltada a ações – sejam de ensino, de estudos ou de intervenções - dirigidas à construção/reconstrução, difusão e ampliação de conhecimentos cujos efeitos socioculturais sejam de alguma forma relevantes à vida humana civilizada, na direção de uma sociedade mais equitativa.

A maioria dos modelos avaliativos de instituições universitárias não levam em conta essas questões, porém, hodiernamente elas vêm sendo colocadas como imprescindíveis à compreensão do papel sócio-educacional-científico das universidades, havendo uma demanda pública em relação a isso.

Na área de avaliação tem-se trabalhado grosso modo com *quatro* tipos de modelos:

1. os *modelos descritivos* – onde se coletam dados característicos das instituições, em geral por meio de questionários, traçando-se um perfil, em torno de várias variáveis, com os mesmos;

2. os *descritivos-analíticos*, em que se procura comparar ou cruzar variáveis ligadas aos processos internos e aos produtos;

3. os *reflexivos-interpretativos*, que a partir de uma base descritiva e analítica avançam interpretações, traduzindo significados e relevâncias, a partir de referentes sócio-científico-culturais, agregando também, formas diversificadas de coleta de dados como entrevistas, individuais ou coletivas, observação, grupos focais, estudos de caso, etc., contemplando os variados nichos organizacionais;

4. os *reflexivos-participativos*, que se apóiam nas premissas e formas de coleta da avaliação participativa, que envolve, em situação de reflexão sobre as formas e processos de desenvolvimento das diversas atividades institucionais, os vários segmentos co-partícipes em diálogos reflexivo-interpretativos das representações e significados dessas ações e, de seu impacto percebido ou possível.

Nenhuma destas modalidades exclui a outra. Elas se combinam e se complementam, mas são as duas últimas formas de trabalho avaliativo que mais se coadunam com as novas perspectivas na avaliação institucional. Essas modalidades (3 e 4), na perspectiva em que se colocam, incluem de um lado, uma reflexão sobre o cenário social mais amplo e o local, em suas relações, e, de outro, concepções sobre o papel da Universidade nesse cenário. Isto demanda uma composição compreensiva interdisciplinar que envolve questões analisadas pela sociologia, antropologia cultural, psicologia social, economia política ou outras. A modalidade 4 – reflexiva participativa – conforme assinala Subirats (1993, p. 256) se aproximaria do que vem se denominando de *learning process*, processo de aprendizagem, o que implica manter “um perfil participativo e de incorporação de critérios plurais na consideração dos fatores a serem tomados em conta.” É um aprendizado coletivo, compartilhado, produzido em processos interativos.

Considera-se que a avaliação participativa limita o risco de um processo avaliativo permanecer periférico e permite aquilatar “o grau de legitimidade alcançado na instituição e na comunidade e o grau de adesão ou resistência dos agentes que o movem produzindo esta ou aquela dinâmica.” (Carvalho, 1999, p.93) Permite, ainda, apreender os resultados imediatos e mediatos em seus múltiplos efeitos, assim como os intervenientes, que podem se revelar como surpresas para os avaliadores e os responsáveis pelo programa. Sobretudo, os processos de avaliação participativa constituem-se em aprendizagem social, e por isso essa modalidade avaliativa agrega valor às instituições, aos seus trabalhos, programas ou projetos. Nessa modalidade se reconhece a existência de um pluralismo de valores e de interesses, instaurando-se não um interrogatório mas, um diálogo, uma troca de informações, concepções, interpretações e reações. Há um compartilhamento do controle e do uso dos achados, onde os conceitos básicos a considerar são: negociação, acessibilidade e direito à informação. A avaliação participativa requer, na condução de seu processo, momentos de recuo crítico, uma reflexão menos apaixonada das práticas, com explicitação das contradições no nível das ações-reações.

Ao se pensar em avaliação institucional coloca-se pois, a necessidade de se pensar, e levar em conta, dinâmicas e contextos internos e externos às universidades. Em que cenário e em quais dinâmicas sociais a avaliação institucional de universidades se insere? Em atmosfera de intenso debate quanto ao papel e finalidades da Universidade e da qualidade de suas propostas enquanto instituição social, e, num tempo em que se demanda que responda a uma grande variedade de desafios sociais, tecnológicos, políticos e ecológicos, é de grande importância refletir sobre suas opções de ação e sua efetividade, seja no plano do ensino, seja no da pesquisa ou de suas ações sociais ou culturais. Este reconhecimento já chegou às universidades, mas ainda não se realiza de modo mais pleno. A institucionalização das reflexões avaliativas ainda não se acha realizada. Há algumas questões concretas que precisam ser respondidas, quer para o desenvolvimento da universidade como um todo, quer quando se pensa em ponderar sobre sua efetividade no social. São elas: Qual o propósito e a natureza dos estudos e das ações universitárias em um momento de aceleradas mudanças, com a estrutura universitária que temos e as condições sociais que vivemos? Que valor esperamos que esse trabalho tenha? Que valor têm, realmente, para as pessoas e a sociedade? Como a Universidade pode responder à heterogeneidade de condições sócio-culturais? Respostas a estas questões devem ser buscadas junto a diversificados grupos de interesse e com diferentes referenciais, ou seja, a busca de respostas demanda um rompimento com a endogenia – apenas a Universidade falando de si mesma, para si mesma.

A posição acima colocada gera desafios à Universidade, não pequenos, e as suas atividades – que adentram o socius de diferentes modos - são chamadas a mostrar sua efetividade, que precisa ser qualificada, não apenas em termos numéricos mas, em termos de significado, de impacto, porque no âmbito de suas diferentes ações reside a rica possibilidade de a Universidade propiciar formação de diferentes tipos, de desenvolver conscientização de direitos e responsabilidades, de compartilhamento de bens sociais valiosos, como visões de saúde, do habitat humano e seus cuidados, de educação, etc., com pesquisa, informação, cultura, entendimentos, formação de níveis interpretativos, etc.

As idéias aqui expostas sinalizam que não é trivial a condução de uma avaliação institucional e, assim ela demanda boa preparação dos avaliadores, que, para além do domínio das técnicas básicas da investigação avaliativa, precisam deter certo domínio sobre as condições de construção dinâmica de processos sócio-culturais, científicos e pedagógicos, com os múltiplos fatores que os interseccionam. Aos avaliadores se pede, atualmente, modos de atuar menos “burocráticos”, para abrir-se às posturas dialógicas, a sistemas de trocas e construção de consensos, à lida democrática com o dissenso, à busca de compreensões quanto aos processos desencadeados, a partir de aportes significativos de vários campos disciplinares, da estatística à antropologia cultural.

Bibliografia

Arretche, Marta T. S. "Tendências no Estudo sobre Avaliação". In: Rico, E.M. (org.).

Avaliação de Políticas Sociais. IEE-Pucsp, 1999, p. 29-40.

Carvalho, Maria do Carmo B. de. "Avaliação Participativa – uma Escolha Metodológica". In Rico, E.M. (org.) *Avaliação de Políticas Sociais*. IEE-Pucsp, 1999, 2ª ed.,p. 87-94.

Figueiredo, Marcos F., Figueiredo, Argelina M.C.. *Avaliação política e Avaliação de Políticas: um Quadro de Referência Teórica*. Textos IDESP, n.15, S.Paulo, 1986.

Subirats, Joan. "Evaluación de Políticas de Intervención Social. Un Enfoque Pluralista". In: *Intercambio Social y Desarrollo del Bienestar*. CSIC, Madrid, 1993.

(*) **Bernardete A. Gatti** é pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e da PUC/SP